

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA E AVERTÊNCIAS	7
AGRADECIMENTOS	11
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	13
RESUMO	15
ABSTRACT	17
SIGLAS E ABREVIATURAS MAIS USUAIS	19
OBSERVAÇÕES PRÉVIAS: FORMA DE CITAR	21
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	23
I. Identificação dos propósitos da investigação	23
II. Delimitação do objeto de estudo e título da dissertação	25
III. Motivação e pertinência da investigação	28
IV. Formulação do problema	30
V. Posição metodológica	33

PARTE I

A LIMITAÇÃO TEMPORAL DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS E A FUNDAMENTALIDADE DO TEMPO PARA O DIREITO

1. O tempo como fenómeno jurídico	38
1.1. A relevância do tempo no domínio do Direito Tributário	43
1.2. A(s) fonte(s) de relevância do tempo	53
1.3. A dupla perspetiva sobre o tempo nas relações jurídico-tributárias: extinção da pretensão jurídica <i>versus</i> garantia	55
1.4. Valores e bens jurídicos – densificação e recondução ao fenómeno jurídico do tempo	59
1.5. O valor do bem jurídico da justiça no contexto do tempo jurídico	61
1.6. O tempo medido em prazos	65
1.6.1. Prazo adjetivo e prazo substantivo	68
1.6.2. Prazo perentório e prazo dilatatório	74

1.6.3.	Prazo de prescrição e prazo de caducidade	76
α	No Direito Civil	77
β	No Direito Tributário – considerações de admissibilidade teórica sobre os prazos de prescrição extintiva e aquisitiva	78
1.6.4.	Prazo meramente ordenador	83
1.6.5.	Prazo prefixo	87
1.6.6.	Prazo supletivo	88
§	Os prazos de prescrição e de caducidade como grandezas úteis para a medição do tempo do tributo	89
2.	Tempo, linguagem e patologias da disciplina jurídico-normativa no contexto tributário	90
2.1.	Breve referência à linguagem e a sua fundamentalidade no universo jurídico	90
2.2.	Problemas lógico-linguísticos	93
2.3.	Outro tipo de problemas jurídicos – ainda na fronteira dos problemas linguísticos	103
2.4.	Fixação de aspetos concetuais fundamentais na conjuntura das patologias normativas	104
2.4.1.	Normas jurídicas	105
2.4.2.	Coercibilidade, deveres jurídicos e obrigações naturais	109
2.4.3.	Lacuna	112
2.4.4.	Contradições na ordem jurídica	114
3.	Teorizar o tempo a partir dos princípios – a importância da principiologia no fenómeno jurídico do tempo	116
3.1.	O princípio da preclusão	120
3.2.	Os princípios da segurança jurídica e da proteção da confiança	122
3.3.	O princípio da legalidade	128
3.4.	O princípio da igualdade	136
3.5.	O princípio da prossecução do interesse público	142
3.6.	O princípio da celeridade	146
3.7.	O princípio da indisponibilidade do crédito tributário	149
4.	A prescrição extintiva – concretização da relevância do tempo jurídico	153
4.1.	Uma visão sobre o passado – as primeiras ideias em torno das figuras da “prescrição”, “caducidade” e “limitação temporal de direitos”	154
4.2.	Regresso a um <i>passado mais recente</i>	159
4.2.1.	A evolução da prescrição e da caducidade no Código Civil	159
α	Prescrição	159
β	Caducidade	162
4.2.2.	A evolução da prescrição e da caducidade na legislação tributária	164

α Prescrição da prestação tributária	164
β Caducidade e caducidade do direito à liquidação	167
4.3. A prescrição – primeira abordagem	171
4.3.1. Núcleo substantivo comum aos vários casos de prescrição	171
4.3.2. Breve referência ao regime jurídico da prescrição no contexto civil	175
4.3.3. Coordenadas introdutórias sobre o regime jurídico da prescrição no contexto tributário	179
4.4. A caducidade – primeira abordagem	183
4.4.1. Breve referência ao regime jurídico da caducidade no contexto civil	183
4.4.2. Coordenadas introdutórias sobre o regime jurídico da caducidade no contexto tributário	187
§ Parágrafo conclusivo – dos aspetos em comum à separação da limitação temporal das situações jurídicas no contexto civil e tributário e à impossibilidade de aplicação mecânica dos esquemas jurídico-privados no domínio tributário	191
5. Aproximação à ideia de prescrição extintiva no Direito Tributário	193
6. O fundamento da limitação temporal das situações jurídicas – em especial o <i>bem jurídico</i> da certeza e segurança jurídica	198
7. O paradoxo entre a prescrição, a caducidade e os bens jurídicos da segurança jurídica e da proteção da confiança	207
7.1. A prescrição e a caducidade negligentes da segurança jurídica e da proteção da confiança	208
7.2. A prescrição e a caducidade ao serviço da segurança jurídica e da proteção da confiança	211
§ Parágrafo final – justificação para as conclusões paradoxais	213
8. O confronto da certeza e segurança jurídica com o dever de contribuir – abordagem perspetivada a partir dos institutos da prescrição e da caducidade	214

PARTE II

DIMENSÃO NORMATIVA E AXIOLÓGICA DOS INSTITUTOS DA PRESCRIÇÃO E DA CADUCIDADE NO CONTEXTO TRIBUTÁRIO

DIVISÃO I – A PRESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO TRIBUTÁRIA	225
1. O conceito de prescrição da prestação tributária: necessidade de uma definição	225
1.1. A indefinição do termo “prescrição”	226
1.1.1. No Código Civil	227
1.1.2. Na legislação tributária	228

1.2. Natureza jurídica da prescrição	231
1.2.1. Facto jurídico negativo	232
1.2.2. Facto jurídico permanente	233
1.2.3. Facto jurídico complexo	235
1.2.4. Facto jurídico extintivo	239
1.2.5. Facto jurídico dispositivo	242
1.2.6. Facto jurídico liberativo	243
1.3. Tentativa de densificação do conceito – efetivamente uma prescrição extintiva	245
1.3.1. Elementos que auxiliam na densificação e prestações abrangidas pela prescrição da prestação tributária	245
1.3.2. Ensaio sobre o conceito de prescrição da prestação tributária	249
2. O conhecimento officioso da prescrição – temporalizar a prescrição no procedimento e no processo	252
2.1. Conhecimento administrativo – do artigo à principiologia aplicável	254
2.2. Conhecimento jurisdicional – da norma aos processos abrangidos pelo seu recorte jurídico	262
2.3. Meios de reação ao incumprimento do dever jurídico de conhecimento officioso da prescrição	267
2.4. (In)admissibilidade da convalidação da oposição extemporânea em requerimento dirigido ao órgão de execução para apreciar a prescrição – um limite à temporalização da prescrição?	273
2.5. Recolocação sistemática	276
3. O prazo de prescrição da prestação tributária	276
3.1. Conceito de prazo prescricional no contexto tributário – remissão	277
3.2. O progresso legal do prazo de prescrição	278
3.3. A contagem do prazo	288
3.3.1. A prescrição como um prazo substantivo e as respetivas regras de contagem	290
3.3.2. Termo inicial do prazo	292
(α) Facto tributário	293
(β) Impostos periódicos e impostos de obrigação única	298
3.3.2.1. Teorias sobre o início do cômputo da prescrição	301
3.3.2.2. Constitucionalidade duvidosa da teoria acolhida pelo ordenamento tributário português	304
3.3.2.3. Caminhos legais alternativos: existirão?	312
3.3.3. Termo final do prazo de prescrição em dia não útil	317
4. Efeitos da interrupção da prescrição – quebra legal do tempo	320
§ Ponto de partida e plano da exposição	320
4.1. O silêncio (relativo) do legislador tributário	321

4.2. O(s) entendimento(s) veiculado(s) no domínio da legislação anterior	325
(a) Acórdão do Tribunal Constitucional nº 411/2010	327
(b) Acórdão do Tribunal Constitucional nº 441/2012	328
(c) Acórdão do Tribunal Constitucional nº 6/2014	329
(d) Acórdão do Tribunal Constitucional nº 122/2015	332
§ Nota conclusiva	334
4.3. O(s) entendimento(s) preconizado(s) no contexto da atual legislação	334
(a) Jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo	334
(b) Jurisprudência do Tribunal Constitucional	337
(c) Doutrina	339
§ Nota conclusiva	344
4.4. O duplo efeito – instantâneo e duradouro – das causas de interrupção da prescrição	345
4.4.1. A interrupção da prescrição como expressão das garantias dos contribuintes	346
4.4.2. A ausência de regulação dos efeitos da interrupção da prescrição como lacuna	349
4.4.3. O preenchimento da lacuna e a impossibilidade de recurso à analogia	354
4.4.4. Posição adotada: efeito interruptivo instantâneo	356
4.4.4.1. Índícios lógico-normativos que refletem o efeito interruptivo instantâneo e afastam o efeito interruptivo duradouro	358
4.4.4.2. Pilares constitucionais que se opõem ao efeito interruptivo duradouro	364
4.4.4.3. Complemento normativo	367
§ A quebra do tempo jurídico – uma conclusão sem dissídios	368
5. Específico recorte jurídico-tributário das causas de interrupção da prescrição	368
§ Fundamento justificativo da interrupção – apelo aos bens jurídicos do interesse público e da justiça	370
5.1. Citação	374
5.1.1. A interrupção da prescrição: um resultado alcançável com a citação postal?	374
5.1.1.1. Unidade terminológica e o problema jurídico da falha do sistema	376
5.1.1.2. A citação postal e a prova por presunção e confissão	377
5.1.1.3. Da necessidade de intervenção do legislador	383
§ Referências conclusivas	385
5.1.2. A falta e nulidade de citação	386

5.2. Reclamação	391
5.2.1. A ambiguidade semântica por detrás do termo “reclamação”	391
5.2.2. Alcance do conceito “reclamação”	392
5.2.3. Índícios lógico-normativos do efeito interruptivo instantâneo da reclamação como proposições jurídicas	397
5.3. Recurso Hierárquico	400
5.3.1. Valorização dos princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da igualdade por via da clareza e precisão do conceito	400
5.3.2. Elucidações em torno do recurso hierárquico enquanto causa interruptiva	402
5.3.3. Índícios lógico-normativos do efeito interruptivo instantâneo – remissão	403
5.4. Impugnação	403
5.4.1. A abrangência do conceito “impugnação” em face da sua polissemia	404
5.4.2. A apresentação de impugnação judicial e o erro na forma do processo	407
5.4.3. O efeito da extemporaneidade da impugnação judicial no prazo de prescrição	411
5.5. Pedido de revisão oficiosa da liquidação	412
5.5.1. A clareza da linguagem jurídica e, uma vez mais, o reforço dos princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da igualdade	412
5.5.2. O(s) contexto(s) do efeito interruptivo do pedido de revisão oficiosa da liquidação	414
5.5.3. Índícios lógico-normativos do efeito interruptivo instantâneo da prescrição retirados da clareza do preceito	419
5.6. Outras possíveis causas de interrupção da prescrição e a necessidade de respeitar o princípio da legalidade – em especial o pedido de constituição de Tribunal Arbitral	420
5.6.1. Pedido de constituição de Tribunal Arbitral – breve enquadramento	422
5.6.2. O artigo 13º, nº 5, do RJAMT como uma norma que “vale”	424
§ Parágrafo final: As causas interruptivas da prescrição e a fundamentalidade da linguagem jurídica	427
6. A suspensão do prazo de prescrição	428
6.1. Da normatividade ao afastamento do subjetivismo	428
6.2. Efeitos da suspensão da prescrição – da lacuna à sua ultrapassagem acrítica	430

6.3. Causas de suspensão da prescrição	434
§ Fundamento da suspensão: o valor do interesse público transformado em bem jurídico	436
6.3.1. Pagamento em prestações legalmente autorizado	439
6.3.1.1. Abstração e hipoteticidade <i>versus</i> vagueza e imprecisão da norma jurídica	439
6.3.1.2. Reflexões interpretativas em torno do preceito normativo	441
6.3.2. Reclamação, impugnação, recurso ou oposição	444
6.3.2.1. A linguagem utilizada na norma	444
6.3.2.2. A pluralidade linguística dos conceitos – reflexões de aclaração	446
6.3.3. Ação de impugnação pauliana	449
6.3.3.1. Clareza e precisão da linguagem	449
6.3.3.2. Descrição dos contextos em que a impugnação pauliana tem efeito suspensivo	451
6.3.4. Impedimento legal à realização da venda de imóvel afeto a habitação própria e permanente	454
6.3.4.1. Aparente paradoxo entre bens jurídicos fundamentais	454
6.3.4.2. Inexistência de nódulos jurídicos problemáticos em virtude do afastamento dos problemas linguísticos	457
6.3.5. Reclamação de atos do órgão de execução fiscal	460
6.3.6. Suspensão da execução sem garantia	463
6.3.7. Inquérito criminal	465
6.4. Outras possíveis causas de suspensão da prescrição	468
6.4.1. Pedido de constituição de Tribunal Arbitral	469
6.4.2. Sentença de declaração de insolvência	470
6.4.2.1. O sentido e o alcance do artigo 100º do CIRE	472
6.4.2.2. As consequências da interpretação realizada	477
6.4.2.3. O problema da necessidade de alteração da solução legal por conflitar com a principiologia aplicável	479
6.4.3. Ação administrativa – da inexistência de norma que preveja o efeito suspensivo à necessidade da sua criação	482
6.4.4. Ação para o reconhecimento de um direito ou interesse legítimo em matéria tributária – a equação resultante da incerteza semântica	485
§ Parágrafo final: As causas suspensivas da prescrição e a fundamentalidade da linguagem jurídica (remissão)	487

7. Âmbito objetivo e subjetivo das causas de suspensão e interrupção da prescrição	487
7.1. Breve referência à abrangência da suspensão e interrupção da prescrição	487
7.2. Da clareza à incerteza semântica das normas que consagram a abrangência subjetiva dos efeitos da suspensão e interrupção da prescrição	489
8. Consequências do decurso do prazo de prescrição – necessidade de <i>descodificação linguística</i> através da interligação contextualizada de enunciados jurídicos	495
§ O aparente silêncio do legislador: regulamentação insatisfatória	496
8.1. Impacto na relação jurídica tributária	501
8.1.1. Significado do termo “extinção” na gramática jurídica	501
8.1.2. A lógica subjacente à modificação da relação jurídica tributária	502
8.2. Extinção do processo de execução fiscal	507
8.3. Oposição ao exercício do direito prescrito	509
8.4. Extinção do processo de impugnação judicial	511
8.5. Extinção da obrigação tributária principal: nascimento de obrigação natural?	512
8.5.1. A inoperância das disposições legais relativas às obrigações naturais no sistema tributário – um potencial defeito lógico	513
8.5.2. A (in)admissibilidade do pagamento da obrigação prescrita	514
8.5.3. A restituição do pagamento da obrigação prescrita	517
§ Nota conclusiva: ainda a prescrição extintiva	520
DIVISÃO II – A CADUCIDADE EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	523
1. O conceito de caducidade em matéria tributária – a ausência de uma definição legal	523
1.1. Referências ao termo “caducidade” na legislação tributária	525
1.2. Ilações retiradas da legislação tributária	528
1.3. Considerações de admissibilidade teórica: caducidade do direito à liquidação <i>versus</i> caducidade dos direitos em geral	533
1.4. Em particular a caducidade do direito à liquidação	537
1.4.1. Noções preliminares – a polissemia do termo “liquidação”	538
1.4.1.1. A axiologia inerente à ideia geral comum de liquidação	539
1.4.1.2. Liquidação em sentido amplo e liquidação em sentido restrito	541
1.4.1.3. Autoliquidação, heteroliquidação e liquidação oficiosa	543
1.4.1.4. Liquidação provisória, definitiva, adicional e corretiva	547
1.4.1.5. A dúvida sobre “o direito de liquidar”	551

1.4.2.	Natureza jurídica da caducidade do direito à liquidação	558
1.4.2.1.	Facto jurídico negativo	558
1.4.2.2.	Facto jurídico permanente	561
1.4.2.3.	Facto jurídico complexo	562
1.4.2.4.	Facto jurídico extintivo	564
1.4.2.5.	Facto jurídico dispositivo	566
1.4.2.6.	Facto jurídico liberativo	567
1.4.3.	Desenvolvimento do conceito de caducidade do direito à liquidação – recondução à prescrição extintiva	569
2.	A importância do ato integrativo da eficácia na caducidade do direito à liquidação	574
2.1.	O conceito de validade da notificação	579
2.1.1.	Qualificação das normas jurídicas sobre a validade das notificações como imperativas	582
2.1.2.	Consequências da qualificação realizada: desenvolvimento do conceito de notificação válida	588
a)	Conceito geral de validade da notificação	590
b)	Conceito específico de validade da notificação	590
2.2.	Falta de comunicação da alteração do domicílio fiscal – um potencial caminho para a não concretização da notificação da liquidação	591
2.2.1.	A incompletude da disciplina jurídica e as diferentes perspetivas da jurisprudência	593
2.2.2.	O sentido das disposições legais aplicáveis	597
2.2.3.	Sugestões de intervenção legislativa – introdução de clareza e determinabilidade	602
3.	O conhecimento oficioso da caducidade em matéria tributária – o retorno à questão da temporalização	604
3.1.	Caducidade dos direitos em geral	605
3.2.	Caducidade do direito à liquidação	607
3.2.1.	A falta de consagração legal do conhecimento oficioso da caducidade do direito à liquidação como uma “ <i>contradição valorativa</i> ”	609
3.2.2.	A caducidade do direito à liquidação como potencial nulidade	611
3.2.3.	O problema lógico-linguístico da lacuna e a viabilidade legal do recurso ao Código Civil	614
4.	O prazo de caducidade do direito à liquidação	617
§	Breve aperfeiçoamento conceptual	618
4.1.	O progresso legal	620
4.2.	A contagem do prazo	628
4.2.1.	A natureza substantiva do prazo de caducidade do direito à liquidação	628

4.2.2. O termo inicial do prazo – a teoria acolhida e o problema jurídico da sua constitucionalidade duvidosa	629
5. Suspensão do prazo de caducidade do direito à liquidação	636
5.1. Efeito da suspensão do prazo de caducidade – evitar o <i>destempo</i>	637
5.2. Causas de suspensão do prazo de caducidade	640
§ Fundamento da suspensão: os valores do interesse público e da justiça transformados em bens jurídicos	641
5.2.1. Ação inspetiva externa	644
5.2.1.1. O esforço de densificação da norma	644
5.2.1.2. Momento inicial da suspensão	647
5.2.1.3. Duração da inspeção – em particular a suspensão e as prorrogações do prazo de conclusão do procedimento	649
5.2.1.4. Momento final da suspensão	654
5.2.1.5. O reforço do interesse público e da segurança jurídica como consequência da densificação da norma	656
5.2.2. Litígio judicial de cuja resolução dependa a liquidação do tributo	657
5.2.2.1. A textura aberta da linguagem	657
5.2.2.2. Alguns exemplos de delimitação positiva e negativa	658
5.2.2.3. Em especial o recurso da decisão de derrogação do sigilo bancário	661
5.2.3. Benefícios fiscais de natureza contratual	664
5.2.3.1. A concreta definição do momento inicial e final da suspensão do prazo de caducidade	668
5.2.3.2. O termo final da suspensão e a necessidade de se atender à clareza da norma	671
5.2.4. Benefícios fiscais de natureza condicionada	673
5.2.5. Direito à liquidação resultar de reclamação ou impugnação	676
5.2.5.1. As dúvidas resultantes da polissemia dos termos “reclamação” e “impugnação”	676
5.2.5.2. Âmbito material da norma	677
5.2.6. Apresentação de pedido de revisão da matéria coletável	681
5.2.7. Sanções de perda de benefícios fiscais – a relevância dos conceitos de sanção e de perda	686
5.3. Alargamento do prazo de caducidade	691
5.4. A (im)possibilidade de a declaração de insolvência suspender o prazo de caducidade	697
§ Parágrafo final: As causas suspensivas da caducidade e a fundamentalidade da linguagem jurídica	700

6. Consequências da caducidade do direito à liquidação – (de novo) o esforço de <i>descodificação linguística</i>	701
§ A inexistência de uma norma unitária sobre os efeitos do decurso do prazo de caducidade e as exigências principiológicas	702
6.1. Extinção do direito e do poder-dever de liquidar e extinção de direitos conexos	704
6.2. Extinção da obrigação tributária principal	708
6.3. Extinção das demais prestações tributárias	709
6.4. Direito de recusa do pagamento do tributo caducado	710
6.4.1. Recurso à lógica e à interligação contextualizada das disposições legais	710
6.4.2. Meios legais para o exercício do direito de recusa	711
6.5. Restrições ao poder investigatório	716
6.6. Limitação ao poder sancionatório	719
6.7. Impacto na relação jurídica tributária	720
6.8. Pagamento de obrigação tributária caduca: admissível à luz do corpo sistemático tributário?	723
6.9. Liquidação após o prazo de caducidade por impulso do sujeito passivo	724
§ Nota conclusiva: uma vez mais a prescrição extintiva	726
CONCLUSÕES	729
BIBLIOGRAFIA	743